MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Recursos Humanos
Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais
Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas

Nota Técnica nº 538/2010/COGES/DENOP/SRH/MP

ASSUNTO: Vacância

[REDACTED]

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Provenientes do Departamento de Pessoal da Universidade Federal do Amazonas vêm a esta Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas os autos do processo administrativo supracitado que trata de vacância.

ANÁLISE

2. Por intermédio do documento de fls. 2, o Professor [REDACTED] esclareceu que solicitou vacância junto à Universidade Federal do Amazonas - UFAM, tendo em vista a sua nomeação em outro cargo inacumulável a partir de 5/11/2009 na Universidade Federal de Viçosa. Todavia, conforme consta às fls. 12, o servidor foi exonerado, a pedido. Por conseguinte, o interessado solicitou esclarecimentos acerca da motivação do ato de exoneração, uma vez que havia pedido vacância.

3. Em resposta, o Departamento de Pessoal da UFAM, às fls. 3, informou que não foi concedida vacância porque o ex-servidor não possuía estabilidade. Assim, como a “vacância permite, ao servidor estável, a recondução ao cargo anteriormente ocupado” não foi concedida vacância e sim exoneração.

4. A Procuradoria Federal da UFAM, por meio da Nota PF/FUA Nº 022/2010, fls. 4 a 6, esclareceu que a indicação de vacância no ato de desligamento não significaria, automaticamente, possibilidade de recondução. Destarte, o servidor faria jus à retificação do ato de seu desligamento.

5. Consoante consta às fls. 9, o servidor questionou quanto à possibilidade de gozo de férias na Universidade Federal de Viçosa, tendo em vista não ter descontinuado o vínculo como servidor público. Todavia, a solicitação foi negada porque o servidor havia sido exonerado da UFAM, e desta forma seria exigido o período aquisitivo de doze meses de efetivo exercício no novo cargo para concessão de férias.

6. Ressalta-se que, de acordo com o Despacho de fls. 9, exarado pela Divisão de Gestão de Pessoas da UFV, foi pago ao servidor em questão todos os direitos de férias a que fazia jus no órgão anterior pelo fato de ter sido exonerado a pedido.

7. Após a análise do caso, a Procuradoria Federal da UFV, às fls. 22 a 23, esclareceu que, consoante o Parecer AGU GM-13, a exoneração e a posse na mesma data não gera descontinuidade na qualidade de servidor público para fins de aposentadoria, sendo, entretanto, silente quanto à concessão de férias. Todavia, como disposto na Portaria Normativa nº

[REDACTED]

2/1998/SRH/MARE, no caso de vacância decorrente de posse em cargo inacumulável não será exigido o período aquisitivo de doze meses para efeito dessa concessão. Assim sendo, concluiu pela impossibilidade do servidor usufruir férias antes de completar o primeiro ano de serviço.

8. Finalmente, às fls. 28, o Departamento de Pessoal da UFAM solicita manifestação desta Secretaria de Recursos Humanos quanto à situação do interessado.

9. É o relatório.

10. A hipótese de vacância decorrente de posse em outro cargo inacumulável está prevista no inciso VIII do art. 33 da Lei nº 8.112, de 1990. Observa-se que a legislação não estabeleceu outros requisitos para a concessão da vacância, assim sendo, nada obsta que ao servidor ainda em estágio probatório, e, portanto, sem estabilidade, seja afastado por meio desse instituto. Todavia, esse ato não autoriza a recondução, que somente é permitida ao servidor estável, em decorrência de inabilidade em estágio probatório no novo cargo, e que não foi solicitada pelo interessado.

CONCLUSÃO

11. Face ao acima exposto, entendemos que, se o servidor desejar, fará jus à retificação do ato de seu desligamento para que conste no mesmo: vacância em decorrência de posse em outro cargo inacumulável. Todavia, no caso em comento, como não haverá mudança de regime jurídico, há de se observar se houve algum pagamento em decorrência da exoneração pela UFAM, que deverá ser restituído ao erário para que o ato seja retificado.

Brasília, 14 de maio de 2010.

BYANNE RIGONATO
Administradora

TEOMAIR CORREIA DE OLIVEIRA
Chefe da Divisão de Análise de Processos

À consideração superior.

Brasília, 19 de maio de 2010.

GERALDO ANTONIO NICOLI

Coordenador Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas

De acordo. Encaminhe-se à Pró-Reitoria de Administração e Finanças da Universidade Federal do Amazonas, para providências.

Brasília, 31 de maio de 2010.

VALÉRIA PORTO

Diretora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais